Rede de instituições de ensino superior

Camaradas,

O ensino, a escola pública, os docentes e investigadores estão sujeitos a um feroz ataque sistemático e sistémico há já algum tempo mas que tem vindo a ganhar velocidade e profundidade com este governo PSD/CDS em comunhão de interesses com a troika externa e o PR. Este ataque, sinónimo de desvalorização da escola pública e dos seus professores, tem vários pilares o primeiro dos quais é o Regime Jurídico imposto por Mariano Gago que retira espaço os docentes, os alunos e os funcionários da gestão democrática afunilando-a na figura do reitor e do presidente e tornando os órgãos de gestão e científicos um apêndice do “chefe” num simulacro de gestão democrática;

Bolonha , vendido como o paradigma da mobilidade de alunos e professores, traduziu-se num encurtamento dos ciclos com o objetivo de formar técnicos vocacionados para a tarefa mas não profissionais capazes de pensar criticamente e civicamente ativos. Bolonha saldou-se ainda por uma educação mais cara ao transferir parte o financiamento, leia-se 2º ciclo, para as famílias criando assim mais dificuldades no acesso ao ensino e condições para a sua elitização.

A avaliação de desempenho, com soluções à la carte em que cada instituição ou mesmo Escola ou Faculdade deu largas à imaginação nos critérios e pesos de ponderação abriu caminho à competição desenfreada e canabalista entre os docentes, desviou-os do ensino e incentivou a escrita de papers pelos papers como função central dos docentes e desde logo sobrevalorizada na avaliação de desempenho;

O financiamento, sempre decrescente e sem estabilidade na fórmula de cálculo, está a estrangular o ensino, está a degradar a qualidade de ensino e a impor limites inaceitáveis à investigação. Estamos a andar para trás, estamos a andar para os tempos da outra senhora e isso é para nós inaceitável e estaremos na linha da frente para exigir um financiamento condizente com a importância do ensino superior e da investigação. A “excelência” condição para o financiamento dos centros é agora levado a um novo nível de “outstanding” ou “excepcional”. Como se isso não bastasse os painéis de avaliação são constituídos predominantemente por colegas estrangeiros que mais não são do que representantes da agenda de investigação internacional e logo não tendo em consideração as reais necessidades do país e das suas regiões.

Para fechar este círculo retrógrado e bafiento, este governo na DEO, o reordenamento da rede é apresentado sobre o eufemismo e cito da *“Racionalização dos catálogos de formações, sobretudo ao nível dos 1.ºs ciclos; ... Medidas de racionalização da rede pública de instituições, para melhor ajustamento da oferta formativa à procura e às necessidades do país em quadros qualificados”* apenas encobre a intenção de encerrar pólos ou mesmo instituições de ensino superior os ditos menos competitivos ou do interior do país. Os sinais são claros:

- A recente fusão das Universidades de Lisboa e a Técnica é uma realidade;
- Em fevereiro, o CRUP apresentou o estudo sobre a rede de universidades e as propostas sobre o subsector;

- o CCISP apresentou há uma semana o seu estudo sobre o ensino superior politécnico;
- A A3ES na 1ª avaliação encerrou um número elevado de cursos; a 2ª avaliação levará a novos encerramentos em particular ao nível do 3º e 2º ciclos, leia-se mestrados e doutoramentos, ao indexar estes últimos à existência de centros de investigação nas universidades e politécnicos avaliados com muito bom e excelente;
- As universidades e politécnicos estão subfinanciadas (nas universidades, em 2013, o corte é de 56,8 milhões de euros a acrescentar aos 143,7 entre 2005 e 2012; nos politécnicos, o corte em 2013 ronda os 25,7 milhões);
- Os centros de investigação passarão a ser financiados numa base competitiva perdendo assim o financiamento plurianual;
- O abandono escolar está a agravar-se, as propinas já são em muitos casos pagos mensalmente ou através de pequenos trabalhos que os alunos executam nas universidades ou politécnicos.

A criação de instituições vocacionadas para a formação avançada (3º e 2º ciclo), outras para o 1º ciclo e outras ainda para cursos superiores de curta duração a par da reorganização da oferta formativa, numa lógica economicista de curto prazo e de “adequação” das formações às necessidades do mercado levará à diminuição da rede pública de universidades e politécnicos, conduz a um sistema em pirâmide fortemente hierarquizado e desagua na elitização do ensino. A recente “abertura” para os doutoramentos profissionalizantes, a serem outorgados, pelos institutos politécnicos é mais um passo para a institucionalização do ensino dual desde a base ao topo, é mais uma desvalorização do ensino de qualidade que sempre defendemos.

A atual rede de universidades e institutos politécnicos públicos, criada a partir do final dos anos 70, foi decisiva para o desenvolvimento regional pelo que a sua destruição implica um agravamento das assimetrias regionais. A rede de ensino superior é por todos, e bem, considerada como um fator de crescimento económico pelo emprego que gera, pela interligação com o tecido produtivo através da transferência de conhecimento, pela dinamização das economias regionais e locais. Defender a rede na sua diversidade geográfica é defender a escola pública, é defender o acesso dos jovens com menores possibilidades financeiras sem possibilidade de se deslocar para os grandes centros urbanos.

A baixa taxa de natalidade leva o governo PSD/CDS a argumentar que a rede pública está sobredimensionada. Para a FENPROF, a “falta” de alunos (reflexo do problema demográfico) combate-se com políticas ativas, entre outras, de promoção da natalidade e da família, de promoção da formação ao longo da vida. Contudo, diminuir os níveis de abandono, alargar a base de recrutamento, elevar o nível de formação de trabalhadores e quadros técnicos no ativo, promover a formação superior ao longo da vida ativa não é compatível com os planos do governo.

Camaradas, a reorganização da rede de instituições tem de assegurar:

- A manutenção da rede pública de universidades e politécnicos com elevada qualidade pedagógica, científica e democrática;
- A celebração de contratos programa que visem o aumento das qualificações do corpo docente nas instituições onde tal se verifique necessário,
- A melhoria das condições laboratoriais para a investigação nas instituições mais débeis;
- A dispersão geográfica das instituições e a continuidade do ensino superior nas regiões de baixa densidade;
- A manutenção do financiamento dos centros de investigação numa base de financiamento plurianual complementado com o de base competitiva.

VIVA O 11º CONGRESSO NACIONAL DOS PROFESSORES!
VIVA A FENPROF!

A. Fernandes de Matos
Coordenador do DESI/SPRC
Delegado nº 238